

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJe, realizada no dia 25 de agosto de 2017, às 09:30 horas, no 9º andar do prédio-sede do TRT/RJ, conforme convocatória expedida por solicitação do Presidente do Comitê Gestor.**

#### **Assuntos Tratados e Decisões Tomadas**

Os presentes estão devidamente identificados na lista que segue em anexo e que é parte integrante desta ata. Registram-se as justificativas de ausências do Desembargador Théocrito Borges dos Santos Filho, do Juiz Epílogo Pinto de Medeiros Batista, da Procuradora-Chefe da PRT, Teresa Cristina d'Almeida Basteiro, da representante da OAB, Ana Amélia Menna Barreto de C. Ferreira e do servidor Gilmar Silva Batista.

Aprovada por unanimidade a ata da sessão anterior.

Veronica Martins lembrou o problema do registro de pagamentos na liquidação, discutido na assentada anterior. Foi esclarecido que a orientação do CSJT é colocar o processo na fase de execução. Os fluxos retirados da fase de liquidação voltarão na versão 1.16. Será enviado e-mail às Varas e ofício à Corregedoria Regional informando esta orientação, pois pode haver reflexo no prazo médio das Varas.

Também foi aprovada melhoria para que o ícone azul de processo associado contenha link para acesso direto a este processo.

José Luís Gonçalves lembrou a questão da não paginação dos mandados, sendo informado pela SST que isto está sendo corrigido. Também a falta de data da audiência na coluna própria do painel do Oficial de Justiça quando a Carta Precatória é oriunda de outro Estado.

Aline Torres Filippo disse que não é necessário o envio de mandados de ciência da sessão de julgamento para a Procuradoria Geral do Estado, pois tomam conhecimento pela publicação no DEJT. Será feito ofício à Presidência comunicando este fato. A Procuradora se comprometeu a encaminhar a relação dos entes representados com os respectivos endereços para o Comitê.

Foi efetuado o questionamento da representação da PGE nos processos em que figure empresas públicas, como por exemplo, a EMOP. A PGE só atua em casos específicos, impedindo que esta empresa seja cadastrada como entidade da Procuradoria. Após breve discussão, foi aconselhada a vincular os procuradores como advogados nos processos em que a PGE atue a fim de receber as citações e peticionar nos processos.

Dr. Luciano relatou que o SHODO não está assinando em lote. Há issue a respeito (PJEJT-51936).

Também citado que a retirada do sigilo não atualiza automaticamente a aba "Processo", sendo necessário fechar e reabrir a tela para que os documentos apareçam na cor preta.



Asseverou que os textos dos despachos do fluxo da dependência citam artigos do CPC anterior. Lorena Moroni esclareceu que foram elaboradas propostas para alteração de três dos quatro modelos existentes. Um deles não possui artigo que seja equivalente nos dois códigos. Há também melhoria requerida no ano passado por este Comitê ainda sem resposta.

Para cadastro dos peritos e partes no aplicativo JTe, vai ser colocado informe no painel do perito, criado e-mail específico para que eles enviem o número do telefone celular e o e-mail, para que a DAPSA realize este cadastro.

Foi liberada a versão 2.1.0 do PJe Calc para homologação. Apresenta erro de duas sextas-feiras na semana e incorreção no cálculo com o uso do cartão de ponto. Será avaliado se ocorrerá a implantação. O cadastro de feriados, vale-transporte e tabelas de índice ficará com a DAPSA, após a concessão de acesso pelo Gestor Regional atual.

Para o PJeCalc Cidadão, serão disponibilizadas na página do PJe, no portal, tabelas para atualização.

Lorena Moroni Girão Barroso disse que a classe “Cumprimento de sentença”, nas tabelas processuais, começaria no conhecimento e, no PJe, na execução. Deverá ser feito questionamento ao Grupo de Tabelas Processuais Unificadas e ao CSJT a respeito.

O sistema satélite SAOPJe será atualizado com a permissão de incluir relatórios. Inicialmente, a SST fará esforços para gerar os relatórios de distribuição de processos e dos oficiais de justiça, que já eram utilizados em outras bases.

Foi determinada a retirada do aviso da versão 1.15.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região desenvolveu um navegador portátil com o SHODO. Ele será instalado para fase de testes em setores do Tribunal ainda a serem definidos. Caso homologado, ficará disponível para usuários externos, inclusive servidores que trabalham à distância.

Foi autorizada a marcação do campo “Ignorar preventivo” na classe Execução Provisória em Autos Suplementares” a fim de que os processos desta classe sejam direcionados à Vara do Trabalho que está apreciando o processo principal.



José Luis Campos Xavier

Presidente do Comitê Gestor do PJe-JT



Rogério Silva Carneiro

Secretário